

Contas públicas Promessa de cortes

Revisão de gastos pode passar por mudanças na Constituição

Entre as medidas, equipe econômica avalia prorrogação de mecanismo contábil para remanejar recursos da Saúde e da Educação e tentar desafogar Orçamento

BIANCA LIMA
DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

Após reunião ontem com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a equipe econômica avalia conduzir a agenda de revisão de gastos por "dois corredores": um de curto prazo, para medidas com efeito imediato, que não dependam de negociação com o Congresso, e outro para ações de longo prazo ou que precisem de aval do Legislativo.

Nesse segundo caso, afirmam interlocutores ouvidos

pela reportagem, podem ser necessárias uma ou mais Propostas de Emenda à Constituição (PECs), instrumento que exige a concordância de três quintos dos deputados e senadores em dois turnos de votação.

As discussões acontecem num momento de forte cobrança de empresários e do mercado pela revisão de gastos públicos. Ontem, o dólar chegou a R\$ 5,42, alta atribuída à percepção de piora do quadro fiscal (mais informações na pág. B5).

Um dos temas que poderão ser alvo dessas PECs é a prorrogação da Desvinculação de Re-

ceitas da União (DRU), prevista para terminar neste ano. A informação foi antecipada pelo jornal Valor Econômico e confirmada pelo Estadão.

**Reunião
Segundo Haddad,
Lula abriu espaço
'importante' para discutir
corte de gastos**

O mecanismo foi criado em 1994, quando recebeu o nome de Fundo Social de Emergência (FSE), e, desde então, vem

sendo prorrogado como solução "tampão" ao engessamento do Orçamento. Por meio da DRU, o governo pode usar livremente 30% de todos os tributos federais vinculados a fundos ou despesas.

Uma das possibilidades seria uma autorização, pela Constituição, para remanejar 30% das despesas mínimas com Saúde e Educação para outras áreas. Os pisos seriam tecnicamente mantidos, mas com uma flexibilidade que hoje não existe. Assim era quando a DRU foi instituída, no governo do ex-presidente Fernando

Henrique Cardoso.

Os economistas ponderam, porém, que a mera prorrogação da DRU com a manutenção dos pisos – da forma como é hoje – não seria uma medida de redução de gastos, mas um remendo ao Orçamento. A PEC da Transição, aprovada no fim de 2022, prorrogou o mecanismo até dezembro deste ano.

O timing de apresentação dessas PECs ao Congresso dependerá de decisão do presidente, que ontem se reuniu com os ministros da Junta de Execução Orçamentária (JEO) para um primeiro panorama do cenário das despesas. À saída do encontro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o presidente se "apropriou" dos números sobre a evolução de gastos federais com "bastante atenção", e abriu espaço "importante" para a discussão do tema. Segundo Simone Tebet (Planejamento), Lula teria ficado "mal impressionado" com o aumento das renúncias fiscais. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: B Pagina: 1